MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, SC, 2020

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020

CONSOLIDADO

Este documento é dos ITABERABENSES

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo Municipal presta contas aos cidadãos itaberabenses.

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Natureza Jurídica da Entidade;
1.2 Domicílio da Entidade;
1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade;
1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas;
2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas;
2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas
4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro
4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2020

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1. Previsão da receita versus arrecadação;

2. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias;
3. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;
4. Detalhamento da execução das despesas;
5. Análise da execução da despesa;
6. Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

7. Caixa e equivalente de caixa;
8. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
9. Investimentos RPPS;
10. Imobilizado;
11. Intangível;
12. Fornecedores;
13. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
14. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;
15. Demais elementos patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

16. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;
17. Baixas de investimento;
18. Constituição ou reversão de provisões;
19. Demais variações, quando relevantes;

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

20. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas;
21. Retenções tributárias;
22. Restos a pagar processados e não processados.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

23. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
24. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

25. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26 Capital/Patrimônio Social;

27 Resultados Acumulados;

28 Ajustes dos exercícios anteriores;

29 Ajustes de avaliação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2020 o Município de Nova Itaberaba completou 29 anos de emancipação.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Prefeito(a): Marciano Mauro Pagliarini
Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina
Aniversário: 26/09
Habitantes: 4331 (IBGE/2019)
Eleitores: 4047 (TSE/2019)
PIB: 107.964.000,00 (IBGE/2016)

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Nova Itaberaba, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 95.990.131/0001-70, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo.

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio no endereço Rua José Marocco, 2226, Centro, Nova Itaberaba, CEP. 89.818-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 84.11-6-00.

Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:

- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
- Secretaria Municipal de Urbanismo e Transportes
- Secretaria Municipal de Saúde

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

DECLARAÇÃO PLENA

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

- Não há Restrições de ordem Contábeis do exercício de 2020, considerando o GRAU DE RELEVÂNCIA e a MATERIALIDADE dos valores envolvidos;
- As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas buscando atender a legislação vigente;
- Todos os registros foram realizados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas

ATIVOS

Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de

produção. Nos casos em que o estoque for distribuído gratuitamente, os estoques são valorados a custo. O município de Nova Itaberaba, SC, não possui estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O município de Nova Itaberaba, SC, possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio do Decreto nº 164/2017 de 16 de maio de 2017, foi criada comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial do município de Nova Itaberaba, SC.

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às

características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, o município de Nova Itaberaba, SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

Depreciação

Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município de Nova Itaberaba, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)

O município de Nova Itaberaba, SC adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.
Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível

O município de Nova Itaberaba, SC, não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos, no caso dos processos judiciais. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações relativas a férias e décimo terceiro salário, são recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos,

independentemente de como esses empréstimos foram aplicados. O Município não tem empréstimos contratados em 2020 em aberto para o exercício 2021.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais

aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

DEFINIÇÕES GERAIS

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Município de Nova Itaberaba, SC, é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único. O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando forem passíveis de ser mensurados com segurança.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social. O Município de Nova Itaberaba, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos

órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, o Município de Nova Itaberaba, SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa e créditos a receber, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos em relação a inscrição, o que demonstrará o comportamento da dívida ativa.

c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Município de Nova Itaberaba, SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens do Município.

d) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. A análise é realizada pelo setor jurídico do Município.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

ATIVOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	2019
1.1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	3.987.847,25	4.815.069,75
Total		**3.987.847,25**	4.815.069,75

O quadro anterior representa o montante de recursos financeiros (disponibilidades), do Município, em 31 de dezembro dos exercícios de 2019 e 2020. O saldo financeiro disponível em caixa, representou redução de 17,18% no período.

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira dos recursos é realizada em contas públicas do Município, sendo vedada a fragmentação em caixas especiais.

O registro contábil da movimentação financeira bancária mantém o controle por fonte de recursos, conforme tabela do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC, vigente em cada exercício. Tratam-se de recursos ordinários e vinculados. Os recursos ordinários são de livre aplicação nos gastos públicos, enquanto os recursos vinculados são aplicados na finalidade específica de cada programa, convênio, operação de crédito e outros.

Os recursos públicos são aplicados em instituições financeiras que apresentarem rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

b) Direitos, créditos e valores a curto prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	2019
1.1.2.1.1.xx	Créditos tributários a receber	368.162,72	285.813,88
1.1.2.4.1.xx	Empréstimos e financiamentos concedidos	96.006,15	91.842,33
1.1.3.8.1.xx	Outros créditos a receber e valores a curto prazo	34.116,47	188.942,34
1.1.3.8.3.xx	Outros créditos a receber e valores a curto prazo – INTER OFSS	226.550,00	0,00
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	1.373,46	1.614,80
1.1.5.8.1.xx	Outros estoques	392.141,01	252.936,70
1.1.9.xx	Variações patrimoniais pagas antecipadamente	23.640,55	24.895,84
Total		**1.141.990,36**	**846.045,89**

Os créditos tributários (receita lançada) a receber registraram valores durante o exercício de 2020, relativos a tributos dos quais o fato gerador já ocorreu, tem fundamento legal em lei municipal. O saldo da conta créditos tributários a receber é de R$ 368.162,72 em 31 de dezembro de 2020.

Os créditos de empréstimos e financiamentos, tem origem em programa de cunho social na Habitação, conforme lei municipal. Os contratos são controlados pelo setor de Tributos do Município.

Outros créditos a receber e valores a curto prazo referem-se aos créditos de transferências a receber – Inter OFFS, tendo como origem de convênio, o montante de R$ 226.550,00 com o Estado, em 31 de dezembro de 2020, e o valor de R$ 34.116,47 relativo a outros créditos a receber e valores de curto prazo.

O controle de estoque é realizado referente os itens estocáveis, como material de limpeza, gêneros alimentícios material de expediente, combustível, material de higienização, entre outros.

O município controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros e assinaturas, atendendo as exigências das NBCASP.

O Município manteve a dívida ativa registrada apenas em longo prazo:

c) Direitos, créditos e valores a longo prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	2019
1.2.1.1.1.04.xx	Divida ativa Tributária	759.258,57	633.894,24
1.2.1.1.1.05.xx	Divida ativa não tributária	157.613,24	144.567,76
1.2.1.1.1.99.xx	Ajustes de perdas de créditos	-74.548,11	-68.861,97
Total		**842.323,70**	**709.600,03**

Observa-se que o total de dívida ativa é de R$ 916.871,81, sendo destes 82,81% dívida ativa tributária e 17,19% não tributária.

O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, relatórios do setor tributário, considerando o comportamento da dívida ativa, recebimento e inscrição, nos últimos exercícios, proporcionalmente ao total inscrito.

d) Imobilizado

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação do Município, SC:

MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESI-DUAL
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas		
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de medição e orientação	10	5
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	5	5
1.2.3.1.1.01.03	Apar., equip. Utens. Médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	10	5
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	8	2
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	5
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	15	20
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	20
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	10	10
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	20
1.2.3.1.1.01.10	Equipamentos de montaria	10	5
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	8	5
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	5	5
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	10	10
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	10	20
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	20	30
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10
1.2.3.1.1.01.99	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10	10
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática		
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	5
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de tecnologia da informação	5	5
1.2.3.1.1.02.03	Sistemas aplicativos - softwares	5	5
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios		
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	8	5
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	5
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em geral	10	10
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em geral	10	10
1.2.3.1.1.04.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação		
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, flâmulas e insígnias	5	5
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	5	5
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e filmotecas	5	5
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	10	5
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	5	5
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	0	100
1.2.3.1.1.04.99	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	10	10
1.2.3.1.1.05.00	Veículos		
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em geral	8	20

1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado		
1.2.3.1.1.08.05	Bens móveis inservíveis	0	5
1.2.3.2.0.00.00	Bens imóveis		
1.2.3.2.1.00.00	Bens imóveis - consolidação		
1.2.3.2.1.01.00	Bens de uso especial		
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	35	50

e) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio do Município, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2020:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2019
123110101	Aparelhos de medição e orientação	20.014,58	9.099,56
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	29.451,13	21.322,68
123110103	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos	149.440,35	147.007,35
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversão	132.168,58	58.698,58
123110105	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	2.229,50	2.229,50
123110106	Máquinas e equipamentos industriais	43.597,40	32.667,40
123110107	Máquinas e equipamentos energéticos	1.579,00	1.579,00
123110108	Máquinas e equipamentos gráficos	2.169,00	0,00
123110109	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	21.459,65	14.359,65
123110112	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	821,80	821,80
123110116	Equipamentos de mergulho e salvamento	7.500,00	7.500,00
123110119	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	1.051.007,26	1.140.807,26
123110120	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	3.819.937,68	2.846.618,68
123110121	Equipamentos hidráulicos e elétricos	60.414,00	24.174,00
123110199	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	159.351,26	122.797,36
123110201	Equipamentos de processamentos de dados	279.898,69	231.158,67
123110202	Equipamentos de tecnologia da informação	252.611,39	252.611,39
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	81.103,70	72.862,80
123110302	Máquinas e utensílios de escritório	5.763,01	5.763,01
123110303	Mobiliário em geral	491.950,70	333.177,70
123110304	Utensílios em geral	119.658,26	119.658,26
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	4.007,60	4.007,60
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	6.930,55	6.930,55
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	49.434,79	47.904,89
123110406	Obras de arte e peças para exposição	4.499,90	4.499,90

123110499	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	315,00	315,00
123110501	Veículos em geral	2.539.756,19	2.314.756,19
123110503	Veículos de tração mecânica	1.055.395,00	627.051,00
123119999	Outros bens móveis	94.527,00	88.037,00
123210103	Edifícios	8.008.138,74	7.196.187,90
123210104	Terrenos/glebas	17.190.257,44	17.190.257,44
123210406	Edifícios	43.008,29	0,0
123210407	Garagens e estacionamentos	846.009,03	486.133,49
123210410	Glebas	255.786,10	255.786,10
123210501	Ruas	3.046.763,75	1.929.502,04
123210502	Praças	715.560,95	633.616,90
123210504	Pontes	741.061,96	653.040,03
123210507	Sistemas de abastecimento de energia	0,00	0,00
123210508	Redes de telecomunicações	13.649,90	13.649,90
123210605	Estudos e projetos	3.485,10	3.485,10
123810101	(-) Depreciação acumulada maq. Aparelhos e equip.	-1.224.430,92	-840.196,02
123810102	(-) Depreciação acumulada bens de informatica	-292.347,77	-217.740,66
123810103	(-) Depreciação acumulada de móveis e utensílios	-234.435,72	-180.121,30
123810104	(-) Depreciação acumulada de materiais cult. Educac.	-33.517,94	-26.238,88
123810105	(-) Depreciação acumulada de veículos.	-842.579,21	-574.557,21
123810199	(-) Depreciação acumulada de demais bens móveis	-6.226,28	-2.531,29
123810201	(-) Depreciação acumulada de bens de uso especial	-445.149,90	-314.692,81
123810202	(-) Depreciação acumulada de bens dominicais	-435,10	0,00
123810203	(-) Depreciação acumulada de bens de uso comum do povo	-503,21	0,00
Total		**38.271.088,18**	**34.743.997,51**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O valor do patrimônio imobilizado líquido, já descontado a depreciação acumulada até 31/12/2020, apresentou aumento de 10,15% no ano de 2020 em relação a 2019.

PASSIVOS

a)Obrigações

Saldo das obrigações para 2020:

Passivo Circulante		2020	2019
2.1.1.1.1.01.03	Férias	824.134,31	956.932,36
2.1.1.4.3.01.01	INSS Contribuição sobre salários e remunerações	189.863,45	221.130,51
2.1.2.1.4.02.01	Contratos de empréstimos internos	0,00	492.055,52
2.1.3.1.1.01.99	Demais fornecedores a pagar	13.049,95	0,00
2.1.4.1.3.11.00	Pis/Pasep	0,00	9.712,77
2.1.8.8.1.99.01	Rendimentos de aplicações financeiras	0,03	0,00
Total		**1.027.047,74**	**1.679.831,16**

O passivo de férias e INSS é reconhecido por competência, não passando pelos estágios orçamentários e financeiros até o momento.

Os contratos de empréstimos e financiamento são operações do Município junto a Instituições Financeiras do Estado, com objetivo de investimentos em ativos não circulantes, com base em contratos com taxa de juros e encargos definidos, bem como prazo de parcelamento.

O crédito com fornecedores refere-se a compromissos financeiros do Município pela contratação de serviços ou produtos.

O passivo circulante do Município, sofreu uma redução de R$ 652.783,42, o que equivale a 38,86% de decréscimo, comparando o saldo do exercício, de 2019 para 2020.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

a) Variações Patrimoniais Diminutivas

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	%	2019	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	10.510.283,54	33,48	10.102.099,76	32,35
3.1.2	Encargos patronais	2.373.350,86	7,56	2.239.238,02	7,17
3.1.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	182.312,21	0,58	150.634,79	0,48
3.2.4	Benefícios Eventuais	68.139,00	0,22	100.862,65	0,32
3.3.1	Uso de material de consumo	3.177.351,64	10,12	2.924.378,15	9,37
3.3.2	Serviços	4.345.028,26	13,84	5.514.156,24	17,66
3.3.3	Depreciação	965.003,40	3,07	719.306,70	2,30
3.4.1	Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	37.571,40	0,12	29.132,06	0,09
3.5.1	Transferências intragovernamentais	5.510.258,90	17,55	4.719.454,04	15,11

3.5.2	Transferências inter governamentais	3.234.741,08	10,30	3.417.628,78	10,95
3.5.3	Transferências a instituições privadas	225.735,00	0,72	213.145,00	0,68
3.5.5	Transferências a consórcios públicos	71.062,50	0,23	62.760,00	0,20
3.5.7	Execução orçamentária delegada	29.047,08	0,09	111,50	0,00
3.6.1	Reavaliação, redução a valor recuperável	5.686,14	0,02	158.596,62	0,51
3.6.3	Perdas involuntárias	0,00	0,00	38.117,50	0,12
3.6.5	Desincorporação de ativos	362.923,95	1,16	503.612,39	1,61
3.7.2	Contribuições	245.920,55	0,78	240.974,17	0,77
3.9.1	Premiações	47.429,89	0,15	29.261,33	0,09
3.9.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	1.080,20	0,00	61.726,89	0,20
Total		**31.392.925,60**	**100**	**31.225.196,59**	**100**

O gasto com pessoal representa 41,04% das variações patrimoniais diminutivas, referentes encargos patronais e remuneração de pessoal. Os serviços por sua vez representam 13,84% do total das variações diminutivas.

O total das variações patrimoniais diminutivas aumentaram 0,54% em 2020 comparado a 2019, o que demonstra aumento do esforço do Município na prestação de serviços à população, bem como aquisição de produtos e execução de programas, buscando atender o objetivo da administração pública em melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir os serviços essenciais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

a) Variações Patrimoniais Aumentativas

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	%	2019	%
4.1.1	Impostos	1.530.388,90	4,35	1.362.206,08	4,14
4.1.2	Taxas	153.624,59	0,44	147.993,64	0,45
4.2.3	Contribuição de Iluminação Pública	207.567,26	0,59	225.810,27	0,69
4.3.3	Exploração de bens e direitos e prestação	305.522,20	0,87	330.901,19	1,01
4.4.2	Juros e encargos de mora	144.210,26	0,41	96.109,55	0,29
4.4.5	Remuneração de depósitos bancários e aplicações	37.269,61	0,11	138.004,58	0,42

	financeiras				
4.4.9	Outras variações patrimoniais aumentativas	14.637,22	0,04	18.239,81	0,06
4.5.1	Transferências intragovernamentais	5.510.258,90	15,67	4.739.030,40	14,41
4.5.2	Transferências inter governamentais	24.418.962,50	69,42	23.192.966,41	70,53
4.5.3	Transferências das instituições privadas	4.500,00	0,01	0,00	0,00
4.5.8	Transferências das instituições multigovernamentais	226.550,00	0,64	0,00	0,00
4.6.1	Reavaliação de ativos	0,00	0,00	3.100,00	0,01
4.6.3	Ganhos com incorporação de ativos	602.865,21	1,71	447.145,23	1,36
4.6.4	Ganhos com desincorpotação de passivos	13.545,82	0,04	0,00	0,00
4.9.7	Reversão de provisões e ajustes de perdas	0,00	0,00	10.484,18	0,03
4.9.9	Diversas variações patrimoniais aumentativas	2.004.781,85	5,70	2.169.780,63	6,60
Total		**35.174.684,32**		**32.881.771,97**	**100**

Nota-se que as transferências intergovernamentais representam o maior valor entre as VPAs, representando 69,42%, o que torna a entidade refém do Governo Estadual e Federal.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

O município não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Não foram realizados em 2020 ajustes de exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2020

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Município incluem os dados do Poder Executivo e Legislativo.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela

Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; o cálculo da perda da dívida ativa; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2020 e das Notas Explicativas relacionadas.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade do Município, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. A execução do orçamento da Entidade Município de Nova Itaberaba em 2020, apresentou os seguintes resultados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2020
RECEITAS	**Valor**
Previsão Inicial da Receita	26.442.760,00
Previsão Atualizada da Receita	26.442.760,00
Receitas Realizadas Líquida	23.618.540,81
Déficit Orçamentário	**2.666.408,17**
DESPESAS	**Valor**
Dotação Inicial	26.442.760,00
Créditos Adicionais	7.215.884,98
Dotação Atualizada	33.658.644,98
Despesas Empenhadas	26.284.948,98
Despesas Liquidadas	24.449.100,52
Despesa Paga	24.436.050,57
Superávit Orçamentário	**0,00**

O resultado orçamentário de 2020 da Município foi deficitário em R$ 2.666.408,17, quando comparado a receita arrecadada com a despesa empenhada, o que demonstra resultado negativo para o equilíbrio das contas públicas.

1. Previsão da receita versus arrecadação

RECEITA	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	**23.122.160,00**	**22.015.302,02**	**-1.106.857,98**
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	1.801.000,00	1.638.747,17	-162.252,83
Contribuições	200.000,00	148.574,30	-51.425,70
Patrimonial	368.600,00	37.269,61	-331.330,39
Serviços	320.000,00	294.205,44	-25.794,56
Transferências correntes	20.396.960,00	19.885.280,91	-511.679,09
Outras receitas correntes	35.600,00	11.224,59	24.375,41
RECEITAS DE CAPITAL	**3.320.600,00**	**1.603.238,79**	**-1.717.361,21**
Operações de crédito	400.000,00	286.949,15	-113.050,85
Alienação de bens	100.000,00	0,00	-100.000,00
Amortização de empréstimos	10.600,00	12.849,13	2.249,13
Transferência de capital	2.810.000,00	1.303.440,51	-1.506.559,49
TOTAL	**26.442.760,00**	**23.618.540,81**	**-2.824.219,19**

Em análise ao Balanço Orçamentário, com relação as receitas correntes, pode-se observar que obtiveram insuficiência de arrecadação no montante de R$ 1.106.857,98.

As receitas de capital resultaram em insuficiência de arrecadação no montante de R$ 1.717.361,21, ocasionado pela receita de transferência de capital.

2. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	4.049.733,30
Prefeitura	Câmara	1.105.000,00
Câmara	Prefeitura	149.279,95
Fundo Municipal de Saúde	Prefeitura	206.245,65

3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários

Foram utilizados R$ 4.496.654,10 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2020.

Foram utilizados R$ 2.571.088,10. em recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2020.
Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

4 Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	**21.687.140,00**	**23.625.088,69**
Pessoal e encargos sociais	11.432.930,00	12.234.622,56
Juros e Encargos da Dívida	150.000,00	37.600,00
Outras despesas correntes	10.104.210,00	11.352.866,13
DESPESAS DE CAPITAL	**4.750.620,00**	**10.028.556,29**
Investimento	4.000.620,00	9.263.056,29
Amortização da Dívida	750.000,00	765.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**5.000,00**	**5.000,00**
TOTAL	**26.442.760,00**	**33.658.644,98**

Durante o exercício de 2020, o Município de Nova Itaberaba, SC, criou e abriu créditos adicionais especiais e créditos adicionais suplementares, buscando realizar

as alterações orçamentárias necessárias para atender a demanda dos serviços e obras públicas, ainda de acordo com o ingresso de recursos financeiros.

Todos os atos, Decretos ou Leis, atenderam as exigências da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme artigo 42 da Lei Federal 4.320/1964, "Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo".

A Lei Orçamentária 2020, do Município de Nova Itaberaba, SC, previu autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme art. 7º da Lei Federal 4.320/1964, "Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; (...)".

Durante o exercício de 2020, a abertura de créditos adicionais no valor total de R$ 11.978.577,88 pode assim ser apresentada:

Por tipo de Credito Adicional:

- ⇨ Suplementar: R$ 11.978.577,88
- ⇨ Especial: R$ 0,00
- ⇨ Extraordinário: R$ 0,00

Pela origem do recurso do Credito Adicional:

- ⇨ Superávit Financeiro: R$ 4.496.654,10
- ⇨ Excesso de Arrecadação: R$ 2.571.088,10
- ⇨ Operação de Credito: R$ 82.000,00

5 Análise da execução da despesa

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
DESPESAS CORRENTES	**23.625.088,69**	**19.644.526,42**	**19.614.396,42**	**19.601.346,47**
Pessoal e encargos sociais	12.234.622,56	11.277.585,72	11.277.585,72	11.277.585,72
Juros e Encargos da Dívida	37.600,00	37.571,40	37.571,40	37.571,40
Outras despesas correntes	11.352.866,13	8.329.369,30	8.299.239,30	8.286.189,35
DESPESAS DE CAPITAL	**10.028.556,29**	**6.640.422,56**	**4.834.704,10**	**4.834.704,10**
Investimento	9.263.056,29	5.874.963,71	4.069.245,25	4.069.245,25
Amortização da Dívida	765.500,00	765.458,85	765.458,85	765.485,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**5.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
	33.658.644,98	**26.284.948,98**	**24.449.100,52**	**24.436.050,57**

As despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida, foram empenhadas, liquidadas e pagas no mesmo montante

em cada categoria econômica, com saldo da despesa atualizada fixada suficiente, demonstrando ainda economia orçamentária.

As despesas com outras despesas correntes e investimento, durante a execução, respeitando os estágios da despesa definidos pela Lei Federal 4.320/194, ficaram com saldo a liquidar e a pagar, tendo em vista a ordem cronológica de pagamento das referidas despesas.

Tanto as despesas tiveram saldo orçamentário atualizado suficiente para cobertura das despesas do exercício.

A dotação orçamentária relativa a Reserva de Contingência não foi executada durante o exercício de 2020.

6 Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados

O exercício de 2020 houve o pagamento de R$ 9.712,77 relativo a restos a pagar processados, referente a despesas de capital, com investimentos.

2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

As informações de suporte as Notas Explicativas estão detalhadas em itens anteriores deste relatório.

7. Caixa e equivalente de caixa

Aplicações Financeiras

As disponibilidades financeiras do Município estão aplicadas em bancos oficiais. O registro contábil das aplicações financeiras ocorre em forma de receita de Remuneração de Depósitos Bancários.

Fontes de Recurso.

A contas contábeis bancárias possuem natureza devedora, e na sua composição contas correntes do tipo fonte de recurso, de acordo com a codificação definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, classificando como recursos do exercício, superávit do exercício anterior e ainda a vinculação específica de cada origem dos recursos, como um determinado programa do FNDE, ou determinado bloco ou componente do SUS, bem como FUNDEB, recursos ordinários entre outros. Essa classificação facilita o controle dos recursos de acordo com sua origem.

Forma de arrecadação

O Município não recebe ou arrecada recursos financeiros na Unidade Administrativa, apenas via instituições bancárias.

8. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Créditos Tributários a Receber

O Município, no exercício de sua soberania, tem o poder de exigir tributos de seus cidadãos. É o chamado doutrinamento de poder de instituir e cobrar tributos. O Município atendendo as exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade, reconhece por competência os créditos tributários a receber, instituídos pelo Código Tributário Municipal, com fato gerador já ocorrido.

O saldo da conta créditos tributários a receber é de R$ 368.162,72, em 31 de dezembro de 2020.

Créditos de empréstimos concedidos

Os créditos de empréstimos e financiamentos, tem origem em programa de cunho social na Habitação, conforme lei municipal. Os contratos são controlados pelo setor de Tributos do Município.

O saldo da conta empréstimos concedidos a receber é de R$ 96.006,15, em 31 de dezembro de 2020.

Variações diminutivas pagas antecipadamente

O município controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros e assinaturas, atendendo as exigências das NBCASP.

Dívida ativa

O total de dívida ativa é de R$ 916.871,81, sendo destes 82,81% dívida ativa tributária e 17,19% não tributária. A dívida ativa refere-se a créditos tributários e não tributários não pagos no exercício pelos contribuintes, e que passam pela fase do lançamento em dívida ativa.

Perda da Dívida ativa

O Município registra a perda da dívida ativa atendendo as exigências do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8º edição:

> Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo. A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é do órgão ou entidade competente para a gestão da dívida ativa.

O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, relatórios do setor tributário, considerando o comportamento da dívida ativa, recebimento e inscrição, nos últimos exercícios, proporcionalmente ao total inscrito.

9. Investimentos RPPS

O município não possui investimos RPPS.

10. Imobilizado

O patrimônio imobilizado do Município somou 38.271.088,18, já reduzido sua depreciação. Os bens móveis representam R$ 10.486.992,97 e os imóveis R$ 30.863.721,26.

O valor dos bens de uso comum do povo é de R$ 4.517.036,56 e estão somados junto aos imóveis. O reconhecimento dos bens de uso comum é realizado de forma gradativa, pela sua construção, sendo exemplos ruas, praças, pontes, iluminação pública e telecomunicação, e ainda, outros bens de uso comum.

A depreciação traz o saldo acumulado de R$ 3.079.626,05.

Durante o exercício de 2020 não foi realizada alienação de bens.

O município mantém controle e é normatizado a vida útil, valor residual, percentual de depreciação dos bens. O controle é realizado pelo servidor responsável e dirigido pela comissão do patrimônio.

As contas patrimoniais mantem coerência com as contas contábeis conforme plano de contas definido pelo TCE/SC.

11. Intangível

O município não possui bens intangíveis, em 31 de dezembro de 2020.

12. Fornecedores

Na conta “fornecedores” são registrados por meio de controle pelo mecanismo de contas correntes, todos os fornecedores e aquisições e contratações realizadas. A conta “fornecedores” é uma conta contábil do passivo e registra as obrigações do município para com esses. Algumas obrigações que não passaram por todos os estágios da despesa são transferidas/inscritas em restos a pagar e/ou fornecedores de exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta fornecedores tem um montante de R$ 13.049,95.

13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, somaram R$ 1.013.997,76, no final do exercício de 2020. Destes, R$ 824.134,31 são férias reconhecidas por competência e R$ 189.863,45 encargos sociais por competência. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio do Município.

O Município não possuía Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo em 31 de dezembro de 2020.

14 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

O município não possui provisões a Curto Prazo e Longo Prazo, em 31 de dezembro de 2020.

15 Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Estoque

O controle de estoque é realizado referente os itens estocáveis, como material de limpeza, genros alimentícios material de expediente, combustível, material de higienização, entre outros.

Empréstimos e Financiamentos

O Município não possui registrado referente a empréstimos contratados ao final do exercício de 2020.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido acumulado representa o valor de R$ 43.229.779,25 e refere-se aos resultados acumulados desde a criação do Município. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, INTER OFSS União, INTER OFSS Estado e INTER OFSS Município.

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Não foram realizados em 2020 ajustes de exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

16 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, no exercício de 2020.

17 Baixas de investimento

Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2020.

18 Constituição ou reversão de provisões.

Não houve constituição e reversão de provisões em 2020. A demandas judiciais são controladas pelo setor jurídico do Município.

19 Demais variações

Variações Aumentativas

Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria

Representam a variação aumentativa do patrimônio pela arrecadação de impostos, taxas ou contribuição de melhoria, e pelo reconhecimento de créditos a receber destes.

Contribuições

As contribuições são relativas ao domínio econômico e a iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens e Serviços

Refletem o esforço do Município em geral na prestação de serviços à comunidade com base em preço público estabelecido em lei municipal.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam as entradas relativas a juros arrecadados, bem como os rendimentos de depósitos bancários de recursos públicos aplicados em Instituições financeiras.

Transferências e delegações recebidas

Podem ser intra ou inter orçamentárias, com origem no Município, Estado ou União. São as transferências recebidas no exercício, podem ser legais ou voluntárias.

Valorização e Ganhos com ativos e desincorporação de passivos

O Município obteve R$ 616.411,03 em ganhos com incorporação de ativos e desincorporação de passivos, sendo R$ 13.545,82 relativo a ganhos com desincorporação de passivos e R$ 602.865,21 com ganhos na incorporação de ativos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Refletem as demais variações patrimoniais aumentativas não citadas acima, inclusive por redução das despesas com férias e décimo reconhecidas por competência.

Variações Diminutivas

Pessoal e Encargos

Representam a redução do patrimônio do Município pela assunção da despesa com pessoal, que de acordo com cada área de atuação, produzirá bens ou serviços à comunidade, como a mão de obra de professores, engenheiro, motoristas, operadores de máquinas, enfermeiros, médicos, assistentes administrativos, agentes políticos entre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Representam os benefícios como aposentadorias e reformas, pensões, benefícios eventuais como auxilio saúde, auxílio funeral e outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo

Produtos adquiridos como, merenda escolar, material de limpeza, higiene, copa e cozinha, combustível, medicamentos entre outros produtos. Os serviços contratados pelo Município como seguros, assinaturas, transporte escolar, energia elétrica, coleta de lixo e outros. Neste grupo também está contabilizado as variações patrimoniais diminutivas com depreciação de bens móveis e imóveis.

Transferências e delegações concedidas

As transferências intragovernamentais são operações entre órgãos do mesmo Ente Federativo, como é o caso da Prefeitura com a Câmara de Vereadores, e, Fundo Municipal de Saúde, etc. As transferências intergovernarmentais em geral representa os recursos que o Município transfere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O Município transfere recursos também a Consórcios Públicos em que o mesmo é consorciado por um interesse em comum. Poderão haver outros tipos de transferências, ambas podendo ser legais ou voluntárias.

Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

A desvalorização e perda representam a baixa de bens do ativo patrimonial, representa o registro de desincorporação de ativos permanentes e pelo registro do ajuste da perda da dívida ativa. No exercício de 2020 ocorreu desincorporação de ativos no montante de R$ 362.923,95, reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas no valor de R$ 5.686,14.

Tributárias

Representam variações diminutivas com taxas pela prestação de serviço.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Refletem as demais variações patrimoniais diminutivas não citadas acima, no caso do Município, em 2020 registrou variações diminutivas com premiações, provisões de processos judiciais, bem como despesas com indenizações e restituições.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

20 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor	Finalidade	Ato Legal
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	3.824.569,69	Manutenção de todas as atividades do Fundo Municipal de Saúde	Lei Municipal 1262/2019, de 17 de dezembro de 2019, Lei Orçamentária 2020 do Município de Nova Itaberaba
Prefeitura	Câmara	1.330.163,61	Manutenção de todas as atividades do Poder Legislativo Municipal	Lei Municipal 1262/2019, de 17 de dezembro de 2019, Lei Orçamentária 2020 do Município de Nova Itaberaba
Câmara	Prefeitura	149.279,95	Devolução dos recursos não utilizados referente duodécimo do exercício	Lei Municipal 1262/2019, de 17 de dezembro de 2019, Lei Orçamentária 2020 do Município de Nova Itaberaba

21 Retenções tributárias

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

22 Restos a pagar processados e não processados

O exercício de 2020 houve o pagamento de R$ 9.712,77 relativo a restos a pagar processados, referente a despesas de capital, com investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tipo de Fluxo	2020	2019	Variação
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.601.284,37	1.790.384,64	1.810.899,73
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-3.949.997,17	-1.393.830,85	-2.556.166,32
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-478.509,70	766.711,39	-1.245.221,09

23 Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública, sendo que no exercício de 2020 apresentou o montante positivo de R$ 3.601.284,37, demonstrando que o resultado líquido financeiro (ingressos – desembolsos) foi positivo, aumentando a capacidade de pagamento da entidade. A variação de 2019 para 2020 foi de R$ 1.810.899,73, aumentando o capital circulante líquido em relação a 2019.

24 Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. A variação foi negativa de R$ 2.556.166,32 de 2019 para 2020, o que representa redução do capital circulante líquido do Município nesse período.

25 Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, apresentando no exercício de 2020 o montante negativo de R$ 478.509,70, quando em 2019 foi de montante positivo R$ 766.711,39.

Em 2020 o Município recebeu R$ 286.949,15 em operação de crédito. O desembolso em outros desembolsos de financiamento foi no montante de R$ 478.509,70.

Retenções

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

26 Capital/Patrimônio Social

Não houve montante de capital/patrimônio social no município, em 31 de dezembro de 2020.

27 Resultados Acumulados

O resultado do exercício pode ser assim demonstrado:

Variações Patrimoniais Diminutivas	**-31.392.925,60**
Variações Patrimoniais Aumentativas	35.174.684,32
Total	**3.781.758,72**

Patrimônio Líquido Inicial	**39.448.020,53**
Resultado do Exercício	3.781.758,72
Patrimônio Líquido Final	**43.229.779,25**

O Município em 2020, demonstrou alteração do Patrimônio Líquido positiva (credora), passando de R$ 39.448.020,53 em 2019, para R$43.229.779,25 em 2020. Essa alteração refere-se resultado do exercício de 2020.

28 Ajustes dos exercícios anteriores

Não foram realizados em 2020 ajustes de exercícios anteriores.

29 Ajustes de avaliação patrimonial

Houveram Ajustes de Avaliação Patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

NOVA ITABERABA, SC, 26 de fevereiro de 2021.

CLENICE Mª TEDESCO DE ZORZE
CONTABILIDADE
CRC/SC 020.845/O-0

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

CLEDSON OLIVEIRA DA COSTA
CONTROLADOR INTERNO
CRC/SC 028.338/O-0